



Anais da Assembleia

N.º 39

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 03 DE MAIO DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 55ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 1976

Presidência do Sr. Deputado Maurício Fruet, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Jorge Sato.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezi, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Egon Pudell, e Werner Wanderer (33), achando-se ausentes os Srs. Deputados: Gabriel Sampaio, Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Alfredo Gulín, Aragão de Mattos Leão, David Federmann, Domício Scaramella, Ernesto Dal'Oglío, Fuad Nacli, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Lineu Turra, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (21).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei 15/76.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final assina, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pela passagem do 12º aniversário de fundação da Rádio Alvorada de Londrina.

Referida emissora, da qual o signatário teve a honra de ser um de seus funcionários, muito justamente é conhecida como a "emissora da família paranaense".

Tendo na sua direção a figura humana do Padre Eduardo Afonso, a Rádio Alvorada de Londrina tem emprestado uma formidável contribuição à capital mundial do café e toda a região, transmitindo cultura e informação a grande parte deste Brasil, onde chegam as suas ondas médias e tropicais.

Nos seus 12 anos de existência a Rádio Alvorada é hoje, não apenas um patrimônio de Londrina, mas um exemplo de modernização no setor de nossa radiofonia.

É justa a homenagem que se pretende prestar e que

certamente merecerá o apoio desta Casa.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1976.

a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer a inserção em Ata de um voto de louvor ao Semanário "A TRIBUNA DE CIANORTE", bem como ao seu Diretor, Sr. Amândio Mathias.

Outrossim requer, que da decisão da Casa seja dado ciência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1976.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

Nossa pretensão ao apresentar o presente requerimento, não é outra senão a de demonstrar, na qualidade de representante de parcela do povo de Cianorte, neste Poder Legislativo, o reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à comunidade da região Norte do Estado, e mais especificamente a todos os municípios da região do Ivaí.

Funcionando sob a égide e a orientação de seu idealista e dinâmico Diretor, Sr. Amândio Mathias, tem participado efetiva e ativamente, atuando em todos e, nos mais diversificados campos da atividade humana, informando e educando a todos aqueles que servem-se daquele semanário, tomando conhecimento de tudo o que ocorre no Estado e no País.

Circulando semanalmente, funciona como o porta voz oficial dos municípios de Cianorte, São Tomé, Japurá e Indaíópolis, através da tiragem de 2.500 exemplares.

Como dinâmico órgão de divulgação, tem seus exemplares distribuídos em todos os órgãos públicos estaduais, inclusive Assembleia Legislativa do Estado, bem como Câmara e Senado Federal, colocando portanto seus leitores, a par dos acontecimentos e movimentos sociais, culturais e econômicos, únicos responsáveis pelo crescente desenvolvimento da região norte paranaense.

Inúmeras outras razões poderíamos aditar à presente justificativa, para que alcançássemos nosso objetivo que é a aprovação do presente requerimento, no entanto, não o fazemos porque temos a mais absoluta certeza que a grande maioria dos membros deste Poder conhecem os relevantes serviços prestados por aquele importante órgão de divulgação e não perderão por certo a oportunidade que ora se apresenta, para, através da aprovação deste, prestar justa e reconhecida homenagem à "A TRIBUNA DE CIANORTE".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a anexação à Proposição 179/76, proposta de Emenda à Constituição Estadual, do seu pronunciamento feito da tribuna na sessão do dia 29 de abril próximo passado.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1976.

a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições

que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, requer ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais deste Poder, o discurso pronunciado pelo Presidente Ernesto Geisel, por ocasião das comemorações do Dia do Trabalho, em data de 10 de maio, na cidade de Volta Redonda, quando S. Exa. deu especial ênfase à atualização da legislação do trabalho e conclamou os trabalhadores do Brasil a darem seu apoio incansável ao progresso do País.

Sala das Sessões, em de maio de 1976.

a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, usando das atribuições regimentais, ouvido o plenário, requer à Mesa a constituição de uma Comissão Especial, composta de 5 membros, para representar o Poder Legislativo nos festejos em comemoração ao 29º aniversário da cidade de Maringá, realizados de período de 10 a 10 de maio do mês em curso.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1976.

a) ANTONIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 10 de maio de 1947, Maringá destaca-se hoje, como uma das principais cidades brasileiras. Seu progresso extraordinário, advindo de sua privilegiada situação geográfica, do sistema fundiário utilizado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, empresa responsável pela Colonização de toda a região Norte do Estado, que permitiu a aplicação das técnicas de diversificação de culturas por ser o município constituído por pequenos lotes rurais (minifúndio). A topografia regional favorável à mecanização permitiu a agricultura diversificada fixar-se nos últimos anos ano binômio Trigo/Soja. Porém a cultura responsável pela colonização, o Café, que chegou a ser denominado "OURO VERDE", que sofreu com a erradicação de milhões de cafeeiros, um sensível decréscimo de produção, continua a ocupar o lugar de destaque na economia com o plantio através do Plano de IBC/GERCA de novas lavouras obedecendo normas técnicas de curva de nível e espaçamento favorável a utilização de meios mecânicos para combate a pragas e doenças dos cafeeiros.

A capacidade armazenadora de Maringá; os recordes obtidos em todas as exposições-feiras Agro-pecuárias e Indústria de Maringá; o Parque Industrial em pleno desenvolvimento; o moderno Centro de Abastecimento, com o grande volume de comercialização de produtos horti-fruti-granjeiros; a moderna Rede de água tratada com cerca de 20.000 ligações, fazem de Maringá a grande cidade, merecedora da presença de uma representação desta Casa em suas festividades.

A atual administração Municipal pelo Prefeito Sílvio M. Magalhães Barros, obedecendo uma programação estabelecida no início de sua gestão, está sem dúvida a capacitar Maringá para que ocupe seu lugar privilegiado junto às maiores cidades brasileiras. A meta fundamental da Administração, a construção de modernas Redes de Esgoto, Sanitários, numa extensão de 180 quilômetros e 4 lagoas de estabilização; a construção de moderno Centro Esportivo de Maringá, complexo compreendido Estádio com 55.000 lugares, Ginásio de Esportes coberto para 7.000 expectadores; 12 quadras descobertas; uma pista de atletismo com raias e 5 piscinas para recreação, competição e saltos; construção de moderno edifício da Biblioteca Pública; construção de moderna unidade Polo de Ação e Pré-escola, localizada na Vila Operária; a Escola de Merendeiras prepara mais de 4.000 merendas diárias para as entidades assistenciais e educacionais do 1º Grau das Escolas do Município. No plano habitacional a administração elegeu para consolidar sua política habitacional os moldes propostos pelo BNH/INOCOOP construindo 480 apartamentos; 250 casas divididas

em 2 núcleos. Estando prevista a construção de mais 240 apartamentos e 2.000 casas. O esforço empreendido ainda pela administração municipal para concretização de um moderno sistema viário, com construção de perimetrais, travessas e pavimentação de ruas e avenidas nos bairros; o parque mecanizado um dos mais modernos de nosso Estado, a extraordinária presença da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, atendendo pessoas necessitadas não apenas de Maringá, mas de toda a região, enfim, toda uma estrutura administrativa voltada para os interesses maiores da comunidade, cumpre o dever de no presente quadriênio, projetar a máxima nossa querida Maringá no cenário das grandes cidades brasileiras.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na qualidade de Líder da bancada da ARENA nesta Casa, indica os nomes dos Deputados Quielise Crisóstomo da Silva, Accioly Neto, Jorge Sato e Gabriel Sampaio, como efetivos, e Jurandir Messias e Dácio Leonel, como suplentes, para comporem a Comissão Especial do "Pinheirão".

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1976.

a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na qualidade de Líder da bancada da ARENA nesta Casa, indica os nomes dos Deputados Ivo Thomazoni e Leopoldo Jacomel, como efetivos, e Fabiano Braga Cortes, como suplente, para comporem a Comissão Especial constituída para tratar de assuntos ligados à Prefeitura Municipal de Medianeira.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1976.

a) IVO THOMAZONI

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI No 44/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica assegurado o ensino gratuito, em todos os graus, aos filhos e dependentes dos ex-combatentes, em todos os estabelecimentos do gênero no Estado do Paraná.

§1º — A prova, para fins de isenção de pagamento, deverá ser feita pelos interessados, no ato da matrícula, com os devidos documentos comprobatórios de efetiva participação em operações de guerra.

§2º — Aos que preencherem os requisitos desta lei, nenhuma limitação, de qualquer espécie ou natureza, poderá ser feita relativamente à integração ou participação nos cursos de qualquer estabelecimento de ensino.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1976.

a) ENÉAS FARIA

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicitei a palavra para fazer chegar à Mesa, requerimento vazado nos seguintes termos. (Lê):

"O Deputado que este subscreve, requer, na forma regimental, a inserção em Ata de voto de regozijo pelo transcurso na data de hoje, do Dia da Taquígrafa.

Seria ocioso destacar a importância do trabalho desenvolvido pelo setor de taquígrafia, especialmente no Poder Legislativo, sendo bastante assinalar que sua missão é a de reproduzir fielmente a história falada para que nossos pósteros dela tomem

conhecimento mais tarde pelas publicações. Mesmo com o avanço de tecnologia, mediante a sofisticação dos instrumentos de gravação, cabe ainda à taquigrafia o papel mais destacado no registro do debate parlamentar, porque constitui a fonte mais segura por ser exatamente um serviço prestado exclusivamente pela inteligência humana.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1976.

(a) ACCIOLY NETO"

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — (Lendo): "Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Temos intensificado os contactos com o eleitorado do Paraná, não só em razão de ser um período de eleições mas porque — como é natural — as exigências vêm crescendo em razão da crise econômica e social que vivemos. O povo está sofrendo uma pressão econômica muito grande, com a inflação e a desvalorização das suas economias, e como crescimento brutal do custo-de-obra.

Embora o Partido do Governo não queira admitir que a situação econômica brasileira está fugindo ao controle até aqui férreo, e que os chamados "azares" da conjuntura fazem parte da economia e da política; os fatos válidos para criticar os adversários devem ser hoje criticados, especialmente pela falta de medidas de contenção.

O povo não está satisfeito. Bastou que se anunciassem preços razoáveis para alguns produtos primários para que as pressões altistas se fizessem e especuladores e aproveitadores das crises conseguissem majorações muito acima dos rendimentos da soja, do arroz, do feijão, do café e dos minguaos 44 por cento do salário-mínimo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"Nem só de pão vive o homem". Vive também de alimentos espirituais e da satisfação, do entretenimento. Além da situação de dificuldades: de muito trabalho, de pequenos salários, de epidemias, de sub-nutrição, de demagogia que fala em benefícios de todos e resolve apenas a situação de alguns poucos, o homem brasileiro aspira a participar da arte e da cultura. Nem sempre a arte em seu sentido mais alto, pois que o bom teatro, o bom cinema, a boa literatura e as artes plásticas e a música elevada, estão fora de sua órbita e ele não habituou-se a desfrutá-la, não se educou para essas artes e então quando lhe oferecem alguma coisa é de qualidade inferior. Quando o programa de artes para o povo não é com certeza o que seria indicado pelo bom-senso, nem sequer está dentro duma programação contínua.

Senhores Deputados:

Nessa época das comunicações, em que o Brasil participa da satelização do mundo, seja dentro dos programas de satélites artificiais para comunicações, seja como satélite econômico identificado com um hemisfério ou, melhor, com uma parte do nosso continente. Nesta era de comunicações em que o mundo se está transformando numa aldeia de sentido figurado, nós reforçamos nossa situação provinciana.

Somos atrasados e provincianos em legislação e prática em leis, hábitos e costumes. Vejamos, por exemplo, o problema das cadeias de televisão, em que se está organizando o monopólio da informação e formação do povo brasileiro. Cadeias de informação de caráter nacional, que informam dentro de uma ótica particular o que pode ser do interesse de toda a comunidade; e que acabam formando consciências dirigidas e padronizando gostos e apetites, lavando cabeça de tantos brasileiros sem condições de reagir.

Ora, sabemos todos e não é preciso aprofundar demais questão tão sabida: Dentro do modelo em vigor, mesmo nesse

modelo tão contestado, cabem talvez cadeias de informação — três, no mínimo — apoiadas em cadeias regionais e estações por regiões micro-econômicas desenvolvidas. É contrário ao interesse nacional a existência de apenas uma cadeia poderosa de informações e uma cadeia débil, episódica que apenas causa a impressão de concorrência.

Ninguém se atreve a contestar fato tão evidente".

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Esta Presidência comunica que seu tempo está esgotado e concede mais alguns instantes para V. Exa. terminar seu pronunciamento.

O SR. EDILSON ALENCAR — Obrigado.

"Recentemente, tivemos um episódio de mudança de eixo na cadeia monopolítica brasileira, tolerada pelo governo e até acatada por funcionários graduados que não querem ver esta situação. Com a mudança de contratos entra a cadeia nacional e uma cadeia regional, transferiu-se simplesmente de uma estação a outra a programação que vinha sendo acompanhada por tantas pessoas.

O setor do governo responsável pelo controle das televisões sacudiu as mãos, com sua mentalidade burocrática, e achou que o problema estava resolvido. Transferiu-se, pronto.

Nunca vi tanta falta de respeito ao público, tanto desinteresse pela população, como se o trabalho delegado de transmissão de imagens fosse apenas sujeito a controle técnico e a uma censura apenas restritiva da informação. Ao público, ao povo, novamente nada. Ninguém se dignou pensar o problema do povo, do público que tem na televisão um entretenimento, uma forma se não das mais elevadas de cultura, pelo menos a que está sendo oferecida em nossas condições de sub-desenvolvimento.

Senhores Deputados:

Em todos os pontos onde cheguei em viagem de contato com o eleitorado, as vozes se elevavam irritadas com o descaso governamental sobre esta questão doméstica da ARENA, mas que exorta e ganha dimensão pública, pelas pressões do grupo ministerial contra o ex-Governador Paulo Pimentel, mudando a programação da TV-Iguaçu, Canal 4, e TV-Tibagi de Apucarana.

É preciso que o povo elege a voz e diga de seus direitos para que os políticos acostumados a não levar o povo em conta, vejam que não há assunto público que seja de grupinho, igreja, facções em guerra. Mais importante do que as nomeações e o fortalecimento de um grupo político, é o interesse popular.

Milhares de pessoas acostumadas a uma programação de Televisão, com pleno direito de exigir sua continuação, de repente são esquecidas. Este povo tem o direito, maior do que a satisfação de seus interesses.

Então, a tal ponto chegamos? Empresas criam um compromisso com o público, de venda de um artigo, de programação, e frandulentamente retiram o produto do mercado ao alcance do público e não tem quem tome providências a respeito? Para isso não há autoridade responsável... Ou não se investiu na responsabilidade que é, no final de contas, popular.

Não se trata, aqui, de debater uma programação de novelas, cujo alcance cultural ou sentido é bastante duvidoso. Trata-se de coisa muito maior: o direito do cidadão, do consumidor de ter a autoridade como sua defesa, em qualquer situação, impedindo a fraude, o engano... Ao contrário, parece que temos no caso a cumplicidade dos setores responsáveis...

E esta resposta o povo tem direito a esperar. O povo quer saber de quem foi a responsabilidade, além da que tem a referida cadeia de informações... Quem são os verdadeiros responsáveis que, além de desrespeitarem o povo cortando-lhe sumariamente o entretenimento por razões bastante secundárias e do exclusivo interesse de grupo, ainda não se dignam dar-lhe uma satisfação ou assumir o compromisso de reparar este ato ofensivo e abusivamente imoral".

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, segundo orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Existe um adágio popular que afirma: quem rouba um tostão, quem rouba um milhão, tem o mesmo nome, é ladrão. Não queríamos chegar a esse qualificativo. Entretanto, denunciemos desta tribuna fato que caracteriza desonestidade dentro desta Casa de Leis. Denunciamos um negócio tão pequeno, que nem valeria o fato de denunciar. Mas se a denúncia passa a ser persistente de nossa parte, é porque a manifestação de desrespeito é flagrante e desmoraliza até o próprio mandato de um Deputado. Falo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do restaurante instalado no 5º andar deste Parlamento e que vende alimentação, principalmente aos funcionários deste Poder, senão a preços extorsivos, mas por preços exorbitantes.

Quando denunciemos o fato à Comissão Executiva, propusemos, inclusive, dar uma posição do custo de alimentação que se vende neste restaurante e, por incrível que pareça, ficamos sendo olhados como vilões, e o restaurante, ao invés de cumprir as determinações de ordem, e, acima de tudo, de justiça, majorou mais o preço e piorou a comida, a alimentação. E está aí, funcionando, sem nenhuma providência a ser tomada.

Fizemos um trabalho que encaminhamos ao 2º Secretário, isto há quase 6 meses, onde levamos a conhecimento da 2ª Secretaria que, a alimentação que estava e que está sendo vendida aos funcionários que menos recebem neste Poder, por refeição, este restaurante, que não tem despesa de luz, que não tem despesa de água, que não tem despesa de limpeza pública, que não tem despesa de impostos, que não despesa alguma, e, quando uma alimentação sadia ficaria, naquela oportunidade, por Cr\$ 6,04 e que o nosso pedido seria autorizada a venda desta refeição pelo preço de Cr\$ 10,00, por maldade — permitam-me denunciar neste instante — da direção desta atividade comercial das Senhoras da Liga Católica de Curitiba, ao invés de melhorarem a alimentação, pioraram; ao invés de venderem por Cr\$ 10,00, aumentaram o preço para Cr\$ 14,00.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, será que não existe também uma máfia em torno deste negócio tão pequeno, que vem dando proteção para que se explore pessoas que aqui trabalham, ganhando 500, 600, 700 cruzeiros por dia? É preciso que se entenda que isto aqui é cada do povo, mantida com dinheiro do povo, e, o povo tem que ser respeitado.

Por isto mesmo, nesta nova oportunidade, encaminharemos um novo requerimento. Se este não tiver as providências como o anterior não teve, pediremos uma Comissão Especial para verificar de perto este tão pequeno negócio, que levanta uma tão grande falta de respeito ao Deputado que não pede para si, mas, para os funcionários, especialmente os de vencimentos menores.

Nosso requerimento está vazado nos seguintes termos: (lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por lei, e tendo em vista a desrespeitabilidade flagrante dos concessionários do restaurante que funciona neste Poder, devidamente instalado no 5º andar da casa, vem, mui respeitosamente, requerer a quem de direito, urgentes e devidas providências no sentido de que se coibam abusos, através do Órgão Administrador Competente, fazendo estabelecer preços não superior aos cobrados pelo estabelecimento congênere, que funciona no Palácio do Governo, modificando a alimentação inclusive para o padrão servido pelo restaurante mencionado.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1976”.

Era isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estamos novamente nesta tribuna para levarmos ao conhe-

cimento desta Casa, o trabalho incansável do Governo Canet Júnior. Depois da luta de sua Excelência na esfera da educação, na esfera da saúde, na esfera de estradas, afinal de contas, em todas as esferas conjugadas e apoiadas por Sua Excelência, Srs. Ministros e por Sua Excelência o Sr. Presidente da República, tivemos hoje a satisfação de receber um ofício de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, tivemos hoje a satisfação de receber um ofício de S. Exa. Dr. Jayme Canet Júnior, Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná, onde com sua equipe de trabalho também olha, para a esfera do esporte, olhando pela juventude paranaense, lutando pelo bem estar e pelo aprimoramento desses homens que serão amanhã, os responsáveis por esta grande Nação.

Queremos, com euforia e satisfação ler um requerimento que tivemos a honra de receber se S. Exa. o Sr. Governador do Estado, vasado nos seguintes termos:

“Curitiba, 22 de abril de 1976.

Sr. Deputado.

Tenho a satisfação de comunicar a V. Exa. a inclusão dos municípios de Abatiá, Carlópolis, Curiúva, Jaboti, Japira, Jundiá do Sul, Pinhalão, Ribeirão do Pinhal, Santana do Itararé e Santo Antonio do Paraíso, no Programa de Quadras de Esportes a ser executado pela Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR.

Solicito a V. Exa. comunicar aos Senhores Prefeitos Municipais que compareçam à FUNDEPAR, para o pronto desenvolvimento do Programa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de consideração e estima.

As. Jayme Canet Júnior —

Governador do Estado do Paraná.

Então, estamos novamente nesta tribuna para dizer a esta Casa que Canet Júnior, olha pelo Paraná, olha por todos os ângulos, por todos os prismas, olhando agora também, com o apoio de S. Exa. o Ministro Ney Braga, nosso paranaense no setor educacional, e está procurando carrear estes benefícios para nossa terra e para nossa gente.

Queria, neste instante, parabenizar-me com o Presidente Geisel, peça assertiva da Educação Ney Braga, o paranaense que há de lutar e há de demonstrar ao Paraná que aqui também se trabalha. Dando cobertura, sustentáculo a todos os municípios do interior paranaense no setor educacional e no setor esportivo.

Muito obrigado, Governador Jayme Canet, muito obrigado Ministro Ney Braga. Porque estamos levando a todos os rincões do Paraná, o nome deste governo arenista composto por secretários e por ministros que trabalham diuturnamente pelo bem estar de sua terra e de sua gente.

Queria neste instante deixar registrado nos Anais desta Casa, uma pequena comunicação, mas muito grande para quem observa e vê que apesar de Saúde, apesar de Educação, apesar de telefonia, apesar de transportes e apesar de olhar pelo seu povo, também o Governo Estadual e Federal olham pelo Esporte, pela saúde e pela nossa juventude.

Muito obrigado, Sr. Presidente, ilustre Deputado Maurício Fruet, muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). No Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk. — (Pausa).

Não se encontrando presente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira. — (Pausa). — Não se encontrando presente, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares. — (Pausa).

— Não se encontrando presente, concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "A ninguém mais se pode atribuir o fluido maléfico do abandono à agricultura, fonte econômica das mais destaques deste País, se não ao Governo. É dele a culpa da falta de apoio que por muito tempo vem sentindo o agricultor brasileiro.

O êxodo rural violento, cada vez mais crescente, registrado a cada ano que passa, é realmente o acontecimento maléfico que se registra em cada safra, em toda a sua extensão, desde as culturas temporárias, até as culturas permanentes.

Hoje o Brasil, esta imensidão continental, está importando um dos nossos principais produtos neste País, produto este que sempre foi uma de nossas mais importantes divisas — o café.

Não se sabe porque, tanta falta de clareza se acotovelou no sub-consciente dos governantes brasileiros, não se sabe como, o Governo deste País assessorado por grupos de planejadores pagos a peso de ouro e com recursos do próprio Poder Público, não tenha tido, em nenhuma oportunidade, a clareza dos acontecimentos do futuro da agricultura, e não tenha por isso mesmo se preparado para fazer com que o Brasil se revestisse de segurança, preparando-se para enfrentar os episódios como o registrado com as geadas ocorridas, esperadamente, no ano de 1965.

Hoje o Brasil não tem, através de seu Governo, nenhuma justificativa a fazer aos seus governados, para provar que o Governo está importando café da Angola e o povo brasileiro está bebendo café de torração de soja e milho a preço da hora da morte, porque geou no Brasil. A população, e não simplesmente a parcela produtora de café neste País, mas principalmente a consumidora, sabe que o que aconteceu com o café brasileiro foi mais uma apoteose de desmandos e de desproteção à agricultura nacional. Foi, sem dúvida, mais um capítulo da ambição desmedida de grupos governantes, que não se sensibilizaram em momento algum com o problema que envolve o povo brasileiro.

Não se pode atribuir a ninguém, se não aos Governos, toda a culpa do afastamento do homem do campo, todo o perigo do aviltamento da fome e da miséria neste País, se agora, num País super produtor de café, verificamos que milhares de brasileiros não tomam café porque não têm recursos para comprar nem mesmo o resíduo deste produto eminentemente nacional. Ninguém é mais culpado desse fatídico acontecimento, senão os governantes deste País. O Governo tem falado muito, e principalmente nestes últimos anos, em mecanismo eficiente colocado à disposição de nossa agricultura. Por acaso será o Banco do Brasil, dessa ave de rapina que suga o sagrado suor do lavrador brasileiro, através dos míseros empréstimos, com juros que parecem baixos, mas que assaltam com as somas dos expedientes anormais paralelos? Será esse um dos mecanismos tão propagados pelo Governo?

Ou será, os monólogos caríssimos e as propagandas inventadas que se distribuem nos quatro cantos do Brasil através do Ministério da Agricultura e das Secretarias de Agriculturas nos Estados, que consome somas astronômicas em cruzeiros, é que representa em manifestação de confiança de retorno ao trabalhador à terra, para que a Agricultura não continue a regredir? Ou será, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o papo furado de todos os anos, do Conselho Nacional de Preços Mínimos, em estabelecer as tabelas de preços mínimos para as sempre futuras safras e continuar não procedendo a compra sob a justificativa de que não tem silos ou armazéns para estocar, que vai fazer o milagre de manter o lavrador continuando o seu calvário de abandono e de miséria.

Não falemos mais em CAFÉ, porque podemos afirmar sem medo de cometer qualquer erro, CAFÉ NÃO ENCHE BARRIGA, se ele representa para o Governo, uma das maiores fontes de receita Nacional, e o próprio Governo, cometeu o pecado em dele não cuidar, planejando o seu estocamento, mantendo as reservas necessárias para períodos como o que estamos atravessando, o problema, não é eminentemente nosso e sim daqueles

que são responsáveis acima de tudo pela economia e pelo progresso desta NAÇÃO. Falemos em culturas temporárias, estas que em sua maioria faz parte ativa na alimentação cotidiana de mais de cem milhões de brasileiros. Hoje, neste Brasil, como aconteceu com o feijão, um dos principais alimentos do povo brasileiro, neste ano, quando a safra foi das ruins, o povo brasileiro, principalmente o operário, teve que ver desaparecido de sua mesa, um dos seus principais alimentos, pois chegou o feijão a custar até Cr\$ 22,00 o quilo, submetendo o operário a mais de um dia de trabalho, para proceder com o valor recebido a compra de apenas um quilo de feijão; quando as safras têm sido grandes, o Governo não executa a tabela de preços mínimos estabelecidos, pelo contrário, depois que a voracidade de seu principal estabelecimento de crédito, avança contra seus míseros financiados para que eles vendam os seus produtos aos atravessadores por qualquer preço, para saldar a sua dívida no prazo determinado daí aparece o Governo para dizer que está comprando o produto; nesta oportunidade, entretanto, o lavrador principalmente o de pequeno porte, aquele que devido a sua correspondência numérica é o que mais produz, já não tem mais o produto, estando nessa altura, de novo, como o bode do moleiro, de pescoço enfiado na CANGA DO BANCO DO BRASIL".

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Estamos ouvindo atentamente a ilustração de V. Exa. Queríamos apenas discordar de certos pontos de vista expendidos pelo nobre Deputado.

O primeiro deles diz respeito ao feijão. Sabemos que aquele homem que sofre, que amanha a terra de sol a sol com o suor do seu rosto, pela primeira vez, de uns anos para cá, pôde trazer para casa os alimentos necessários, afora o feijão, as roupas, enfim pôde trazer alguma coisa que pudesse dar um pouco de tranquilidade para a sua família.

Como V. Exa. moramos no Norte Pioneiro e vemos, estampado no rosto daquele povo, daqueles homens das mãos calosas, que, venderam seu feijão a 500, 600 cruzeiros a saca. Agora vem V. Exa., e critica o preço do feijão, em detrimento daqueles homens humildes que não têm vínculo algum com o Banco do Brasil ou qualquer casa creditícia.

Eu quero discordar, Deputado Lúcio Machado, e muito me admira V. Exa. estar lutando contra o preço do feijão, em detrimento dos homens que votaram em V. Exa., aqueles homens que batem a enxada, que derrubam seu suor diuturnamente. Não quer V. Exa. que o seu produto tenha valor, não quer V. Exa. que o produto do lavrador menos favorecido tenha valor? Se o feijão está a Cr\$ 22,00 o quilo é porque o agricultor está vendendo bem. E mais um parêntesis, nobre Deputado, nós não exportamos café para Angola, estamos, isto sim, procurando importar para que seja vendido e posto no mercado, a preço acessível ao operário, ao trabalhador. E mais uma coisa que V. Exa. não sabe e que devemos dizer de público: que o Brasil é a única esperança para que o mundo não passe fome, porque a Rússia, a grande produtora de soja, os Estados Unidos e a China estão com o espectro da fome batendo às suas portas e, graças a Deus e ao Governo Arenista, nós temos alimento para fornecer ao mundo.

O SR. LÚCIO MACHADO — Lamento, nobre Deputado, que o discernimento de V. Exa. não tenha o tamanho para alcançar o que prevê o nosso pronunciamento. Não posso aceitar a sua crítica, como procedente e nem mesmo como distorcida. V. Exa. não entendeu o nosso pronunciamento. (Iê):

"Podíamos dizer, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nesta oportunidade, que propagandisticamente muitas medidas têm sido alardeadas, de tomada de posição contra esta distorção que a cada dia escreve páginas tristes no livro da miséria nacional; entretanto essas medidas, como já afirmamos, não tem sido senão o aspecto mais alto e menos decente de procedimento de um gru-

po que engana o próprio Governo, desperdiçando somas fabulosas com propagandas que representam verdadeiro descalábrio à economia nacional, quer através da imprensa falada, escrita, televisionada ou difundida por meios diferentes. Não existe verdade cambial, não existe a verdade de importação ou exportação em termos de liberdade; parece que tudo tem sido feito neste últimos anos, no revestimento de uma estrutura de preconceito econômico estabelecido pelos grupos capitalistas internacionais operantes em nosso território; o Governo através dos seus grupos responsáveis pela política econômica nacional, tem sido capaz de proceder sempre e com uma facilidade sobrenatural, tabelamentos dos mais esdrúxulos, como tem feito a Superintendência Nacional de Abastecimento — SUNAB, porém nunca a sustentação de preços mínimos ao produtor; como se quisessem, esses grupos, produzir o milagre de poder determinar o mercado a entregar ao consumidor, mercadorias que não existe o suficiente, por falta de amparo verdadeiro do Governo no incentivo de sua produção, a preço que muitas vezes não corresponde o valor de custo para o comerciante.

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

A Agricultura brasileira, desde a cada ano que passa, em sua produção, enquanto a expansão demográfica da Nação, explode como uma bomba em toda a extensão do território nacional; a Agricultura brasileira está a cada dia mais descapitalizada, como está se descapitalizando violentamente o povo brasileiro; hoje já não produzimos mais o suficiente para o nosso mercado interno, isto prova a consequente miséria que está vivendo o proletário e o operário, o trabalhador deste País. Não temos produção suficiente para o consumo interno; aqui falta trigo, aqui falta feijão, aqui falta batata e cebolas em determinadas épocas, aqui falta leite, falta manteiga de verdade, aqui falta para o povo brasileiro, tudo aquilo que se produz neste País, falta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque o Governo tem faltado constantemente com o apoio às classes trabalhadoras e às classes produtoras; o Governo de nossos tempos parece estar enfeitiçado com as cifras e encantado pelo asombroamento de capital público, não importando ele de onde venha esse recolhimento fraudulento de uma miséria comum, d'uma Nação inteira; Departamentos do Governo se sobressaem violentamente a cada ano que passa no aumento de suas receitas, deixando em cada período o musical de gemidos que correspondem à marcha cada vez mais alardeante, cuja nota musical fatídica é a pobreza cada vez mais aviltante de uma Nação inteira.

O INPS, Departamento Previdenciário do Ministério do Trabalho, com atribuições de arrecadar compulsoriamente uma parcela do valor produzido por aquele que nesta ou naquela atividade, produzem para a grandeza e desenvolvimento da Pátria, sob a promessa estatutária de dar aos seus filiados, assistência médica, hospitalar, cirúrgica, dentária, jurídica, e finalmente a aposentadoria que possa esteiá-lo ao final de sua caminhada de atividades; entretanto, uma cidade como a minha, para exemplo, comportando hoje 65 mil habitantes, participando de cota na receita do referido Instituto de Previdência, com aproximadamente um milhão de cruzeiros, a cada exercício, tem apenas uma fila que começa às cinco horas da manhã, para atender 20 filiados. Os brasileiros, mantenedores do INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, são hoje, verdadeiros escravos de uma corrente econômica, viventes de promessas que não se cumprem e submissos principalmente na hora da doença, ao calabouço da indigência e até de procedimento obscuro de médicos desonestos que além de receberem a consulta fornecida ao beneficiário pelo INPS, exigem taxa extra de cobrança para pagamento do mesmo trabalho profissional. São os hospitais e laboratórios que além de atenderem precariamente os enfermos do INPS, do interior, cobram taxas extras, aviltantes, sem piedade e sem compaixão. O INPS é hoje, e todo mundo sabe disso, a maior fonte de arrecadação nacional, entretanto os

seus filiados, são escravos subjugados ao cumprimento do dever, de, compulsoriamente, aumentar, mais e mais, a sua fonte de receita.

Está aí o FUNRURAL, outro elefante branco que se levantou com entranhas de um animal pré-histórico, avassalador das economias advindas dos calos das mãos e do suor sagrado vertido pelo corpo surrado de nosso agricultor brasileiro. Dois e meio por cento das colheitas que se promovem neste País, de todas as culturas, de todas as sementes lançadas à terra, pertencem ao FUNRURAL, milhões e milhões são carregados constantemente a esse organismo previdenciário do agricultor brasileiro, também sob a promessa de lhes serem devolvidos em assistência de toda a natureza.

Entretanto, Senhor Presidente, Srs. Deputados, quase nada se dá, ao trabalhador da lavoura, enquanto o FUNRURAL se transformou em tão pequeno espaço de tempo em uma das mais destacadas fontes de receita nacional — comentar os erros que tem cometido contra a classe que o mantém esse Organismo principalmente as consequentes injustiças que através dele têm sido feitas contra a classe, é levar dias e dias falando e esclarecendo.

O Banco do Brasil, o Banco Nacional de Habitação, do Desenvolvimento Econômico, a SUDAN, a SUDENE e tantas outras denominações sem falar na PETROBRÁS, todos eles, fonte de riquezas advindas, mantidas e crescidas ao desenvolvimento astronômico, através da participação do Trabalho do Povo Brasileiro e se encantar com os resultados, sem entretanto verificar os rastros de pobreza que assume um alargamento cada vez maior nesta Nação.

Está aí, Senhor Presidente, e Senhores Deputados, mais uma alta exorbitante estabelecida para um dos produtos brasileiros, que mais se consome neste País; mais se majorou nestes últimos dois anos; e porque não dizer PRODUTO DA INDÚSTRIA ESTATAL BRASILEIRA, a gasolina, o petróleo. Será que os governantes deste País, ainda não entenderam que o petróleo em nossos dias é o ponto de partida para alta do custo de vida, em toda a sua plenitude? Ou pensam, os governos desta Nação brasileira, que a majoração dos transportes pode ficar sem ser computada no custo da alimentação, medicamentos e vestimentas do povo?

Não se pode entender mais, Senhor Presidente, a quantos centímetros estamos do abismo, a quantos passos estamos do desequilíbrio total, a quantos dias estamos do JUÍZO FINAL. A freqüência das filas de indigência, a cada dia que passa tem que chegar mais cedo; as portas dos hospitais e das repartições públicas, até a porta deste Parlamento se enfeita todos os dias com o quadro triste da miséria social, um sem número de pessoas, a maioria delas, homem da lavoura, descalços, braços nus, esfomeado, vem à procura de Deputados, daqueles que lhes restam como esperança em busca de lenitivo para mitigar sua dor, o seu sofrimento, a sua decepção em se encontrar tão abandonado, tão relegado a miséria.

Sem lar, sem pão, sem escola e sem saúde, num País de Deus vive a se esmolar em nome do próprio Deus e nem assim os seus governantes não acordam do sono lactente que dormem. Será isto uma das taças apocalípticas, lançado pelo anjo conforme previsão das Escrituras?

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma pequena multidão que ao ver com os seus olhos a escravidão que engrossa as filas dessa tortura imensa, temerosos de amanhã, ter também que ser um dos participantes; se apegam a jogatina, também oficial e oficializada — BILHETES DE LOTERIA, CARNÊS DE TODA ESPÉCIE, JOGO DO BICHO, e a proliferante e oficializada desgraça social LOTERIA ESPORTIVA.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, estamos caminhando para o fim, oxalá Deus ilumine os Governantes deste País, a fim de que, medidas urgentes sejam tomadas, no sentido de que sejam conscientizadas e lançadas as medidas de proteção ao rendi-

mento do trabalho do povo brasileiro, principalmente à economia do lavrador; esse lavrador que tem sido assaltado na constância dos dias, e de todas as formas e que abandona a terra, porque nela não consegue mais viver, vale relembrar neste instante as palavras de alguém que disse. (QUE DESTRUAM-SE AS CIDADES SE NECESSÁRIO FOR, PORÉM, QUE SE MANTENHA AS TERRAS E O ENTUSIASMO AO HOMEM QUE NELA TRABALHA, PORQUE ASSIM CONSTRUÍREMOS E RECONSTRUÍREMOS MUITAS CIDADES.).

Senhor Presidente, Srs. Deputados; considero este meu pronunciamento, (data vênua) a este Parlamento. Uma advertência aos Governantes; por isso mesmo, requeiro a V. Exa., o envio de cópias às seguintes autoridades:

Exmo. Sr. Presidente da República, Ministro do Trabalho, Ministro da Justiça, Diretor do Banco do Brasil, Presidente do IBC e Diretor do Banco Nacional de Habitação".

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, inscrito para o Grande Expediente.

O SR. QUIELSE CRISOSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós temos visto e ouvido, repetidas vezes, reclamações de maus atendimentos e até maus tratos por parte de autoridades dos órgãos federais do Paraná.

Tivemos a oportunidade na semana passada, visitando o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural do Paraná, entrarmos em contato com o Dr. Amosis Correia de Freitas, Diretor da Divisão de Convênios Assistenciais daquele órgão, do Ministério de Previdência e Assistência Social, FUNRURAL.

Entendi, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o dever de consciência, que na qualidade de representante de parcela do povo paranaense, de vir a esta tribuna, desta vez para fazer justiça; a um dos representantes do Governo Federal, no Paraná, que tão bem representa aquele órgão e que tão bem cumpre técnica e administrativamente, a função para o qual foi designado.

O Dr. Amosis Correia de Freitas, homem que para nós, se nada tivesse que o recomendasse, teria um valor, um peso que todos desta Casa, temos defendido para o Paraná, a representação de órgãos federais no nosso Estado, para paranaense.

Porque mesmo lá no FUNRURAL, nós em outros setores, verificamos, e isso não é uma denúncia contra atividades de outros setores, nós verificamos, departamentos, divisões importantes, que são dirigidos por brasileiros de unidades federativas bem distantes.

Nós não entendemos que o Paraná necessite, para dirigir os órgãos federais aqui no Estado, de solicitar experiências de outros Estados, seja de onde vier, e o testemunho eloquente de nossas palavras é o desempenho do Dr. Amosis Correia de Freitas, na direção da Divisão de Convênios de Assistência, no Ministério de Previdência e Assistência Social.

Assim é que este paranaense, é um dos poucos paranaenses que dirigem órgãos federais no Paraná e foi aproveitado naquela repartição em junho de 1974 até abril de 1976. Eu, por entender obrigação minha, diante de V. Exas. e diante do povo paranaense, solicitei de um funcionário, naquele dia e naquela visita que fiz, um pequeno e sucinto relatório das atividades somente da Divisão de Convênios Assistenciais do FUNRURAL e assim rapidamente vou passar a ler, para documentar a eficiência desta Divisão.

Somente unidades móveis, convênios que foram firmados em Curitiba, com:

A Associação Paranaense da Igreja Adventista 7º Dia, em 10-04-70, são ônibus, volantes que percorrem vários municípios da zona metropolitana, com verbas e iniciativa do FUNRURAL, da Divisão de Convênios.

Outros convênios. Em Curitiba, com a Fundação Nacional

do Índio — FUNAI, no dia 11-01-74.

Em Curitiba, ainda, com o Centro Paranaense de Pesquisas Médicas — Casa de Saúde Paciornik, em 10-08-74.

Em Foz do Iguaçu, com o Sindicato Rural, em 10-04-75.

Em Foz do Iguaçu, com a Prefeitura Municipal, em 10-07-75.

Em Paranaguá, com a Associação Paranaense da Igreja Adventista do 7º Dia, no dia 10-04-70.

Em Guaraqueçaba, com a Associação de Hospital de Assistência Bom Jesus, em 10-01-76.

Em Sengés, com a Prefeitura Municipal, em 10-08-75.

CONVÊNIOS REGIONAIS.

Apucarana, com o Hospital da Providência, em 10-07-70.

Campo Mourão, com a Policlínica Campo Mourão Ltda., em 01-10-75.

Cascavel, com a Policlínica Cascavel Ltda., em 01-10-70.

Cornélio Procopio, com a Casa de Misericórdia, em 10-04-71.

Curitiba, com o Hospital das Clínicas, em 10-04-69.

Curitiba, com o Hospital Evangélico, em 10-08-71.

Francisco Beltrão, Policlínica São Vicente de Paulo, em 10-08-70.

Guarapuava, com o Hospital Nossa Senhora de Belém S.A., em 01-10-75.

Jaguariaíva, Hospital Carolina Lupion, em 01-10-75.

Londrina, Fundação Universidade Estadual, em 10-04-71.

Maringá, Hospital e Maternidade Maria Auxiliadora, em 10-04-71.

Paranavaí, Santa Casa de Paranavaí, em 01-10-75.

Ponta Grossa, Santa Casa de Misericórdia, em 10-03-70.

Toledo, Casa de Saúde Bom Jesus Ltda., em 01-10-75.

Umuarama, Hospital São Lucas, em 01-10-75.

Araruna, Hospital e Maternidade Santo Antonio, em 01-12-75.

Boa Esperança, Hospital Boa Esperança, em 1-12-75.

Cafelândia/Cascavel, Hospital Nossa Senhora Consolata Ltda., em 01-11-75.

Campo Mourão, Policlínica Campo Mourão Ltda., em 01-10-75.

Curitiba, Hospital Erasto Gaertner, em 1-12-75.

Diamante do Norte, Hospital e Maternidade Santa Cândida, em 01-09-75.

Douradina/Maria Helena, Hospital Regional de Douradina, em 01-11-75.

Francisco Alves/Iporã, com o Hospital Ibrain Abudi Neto, em 01-11-75.

Guarapuava, Hospital N. Senhora de Belém S.A., em 01-11-74.

Guarapuava, também com o Hospital N. Senhora de Belém S.A., em 01-10-75.

Ibiporã, com o Instituto de Medicina e Ginecologia Ltda., em 01-10-75.

Iretama, com o Hospital Beneficente Iretama, em 10/03/76.

Ivaiporã, com a Fundação Médica e Assistencial do Trabalhador Rural, em 01-10-74.

Jaguariaíva, com o Hospital Carolina Lupion, em 1.10.75.

Jussara, com o Hospital das Clínicas São Francisco, em 01.10.75.

Kaloré, com o Hospital São Lucas, em 01.10.75.

Manoel Ribas, com o Hospital Santa Terezinha, em 10.2.76.

Maria Helena, com o Hospital Rezende Ltda., em 1.11.75.

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Como não entendi, pediria a fineza de V. Exa. informar se os convênios são do FUNRURAL com os hospitais?

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Com hospitais, com entida-

des filantrópicas, com Prefeituras Municipais e com igrejas que se propõem a fazer assistência ao trabalhador rural. O Sr. Lúcio Machado — Permita-me levar ao seu conhecimento que era sabedor, senão de todos, mas, pelo menos, uma determinada quantidade de convênios estabelecidos entre o FUNRURAL, hospitais, Prefeituras e entidades outras.

Recentemente apareceu em meu gabinete um lavrador quites e aposentado pelo FUNRURAL, portador de câncer generalizado na língua.

Encaminhei-o ao FUNRURAL pedindo seu encaminhamento ao Hospital Erasto Gaertner, com o qual o FUNRURAL tem convênio. Sabe V. Exa. qual foi a resposta? Mandaram que o doente voltasse a Londrina e se empregasse em alguma firma que fôsse filiada ao INPS para que pudesse ser atendido num prazo de 10 a 15 dias. Revoltado com o acontecimento, entrei em contacto telefônico com a direção do FUNRURAL, fui muito bem atendido através do telefone, e o Diretor daquele Departamento pediu-me que encaminhasse a ele o doente. Encaminhei-o. Sabe V. Exa. qual o resultado? Na tarde do outro dia tive que devolver o doente para a sua cidade, Londrina, com uma carta do Deputado Osvaldo Macedo, que, também, não foi atendido.

Isso prevê, nobre Deputado, como consequência, que estão sendo feitas diligências do povo, e o atendimento não tem sido dado, principalmente para esta classe que defendo, que é a classe do lavrador, do homem pobre deste País, que constrói esta Nação e mantém o povo brasileiro de pé. É preciso que se estabeleça uma forma, para darmos mais crimes de responsabilidade principalmente para aqueles que recebem dinheiro deste povo e, vergonhosamente não dão atendimento. É apenas isso, para que V. Exa. leve ao conhecimento do FUNRURAL.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Agradeço a colaboração e, na realidade, se pudéssemos fazer um paralelo entre o bom e mau atendimento, diria a V. Exa., que para cada 1 mil atendimento, um mau atendimento. Isso para que V. Exa. compreenda que conheço várias entidades assistenciais que prestam serviço através do FUNRURAL. Evidentemente, para confirmar a regra, nós haveremos de encontrar exceções e V. Exa. há de constatar que poderíamos citar outros tantos exemplos, mas o Hospital é para confirmar a regra, porque toda a regra tem exceção.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte?

Queria, apenas, argumentar que este seu pronunciamento é muito oportuno.

Encaminhamos ao Dr. Amosis, Prefeitos e Diretores de Hospitais, os quais, neste instante, deverão estar reunidos com aquele moço que muito tem feito no setor de assistência social à nossa terra e à nossa gente. O Dr. Amosis tem procurado encaminhar e concretizar os pedidos que lhe são feitos, como ocorreu com o Hospital de Nova Fátima, e que já está credenciado pelo FUNRURAL e vem atendendo diuturnamente aquele povo sofrido.

Os Prefeitos de Japira, e Pinhalão estão gestionando junto ao Dr. Amosis, o qual tive a satisfação de conhecer hoje no Gabinete do Secretário de Saúde e Bem Estar Social, Dr. Arnaldo Busato e tive oportunidade de constatar que se trata de um moço com vontade férrea, que traduz honestidade, tranquilidade e acima de tudo de dar, àquele povo, o seu direito de aplicar, o dinheiro daquele povo, em seu próprio benefício.

Queremos dar parabéns a V. Exa., porque queria, Deputado Quielse Crisóstomo, que também anexasse o hospital de Nova Fátima, o Hospital fundado estes dias, em Japira e Pinhalão. E, se muitas vezes este moço procura atender, talvez seja falha dos próprios hospitais, que devem ser fiscalizados. Quero que V. Exa. estenda também o meu amplexo, o meu reconhecimento, ao Dr. Amosis, porque nele vemos um homem simples, um homem autêntico representante do povo.

Está V. Exa. de parabéns, por este pronunciamento.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Antes de dar o próximo

aparte, desejo agradecer a colaboração do Deputado Gabriel Manoel.

Como vemos também nesta região tantos convênios além destes que nós tivemos a oportunidade de citar na tribuna, nós lembramos ainda de mais um convênio, que foi razão de nossa visita, e que hoje tem início: a partir de 01 de maio, em Bocaiuva do Sul também o FUNRURAL iniciou o atendimento e hoje já, os órgãos afins recebem a visita que documenta a capacidade de atendimento daquele povo que tanto necessita, deste Deputado. Porque sem o FUNRURAL, o hospital de Bocaiuva do Sul não teria nem condições de sobrevivência, eis que a Prefeitura mantém o hospital, a duras penas. Graças ao FUNRURAL, hoje temos a certeza da capacidade e da eficiência do atendimento que haverá de dar o hospital de Bocaiuva do Sul, com a colaboração do FUNRURAL.

O Sr. Jurandir Messias — V. Exa. permite um aparte?

Nobre Deputado, pelo que entendi do seu pronunciamento, ele traz ao conhecimento desta Casa que a direção do FUNRURAL está para substituir, ou pretende substituir, daquele órgão, o Dr. Amosis, por outra pessoa, vinha de outro Estado.

Evidentemente, Deputado Quielse Crisóstomo, que o Dr. Amosis além de paranaense, além de V. Exa. pretender desta tribuna prestigiar um conterrâneo, ainda V. Exa. traz provas concretas da eficiência com que vem desempenhando aquela função no FUNRURAL, o Dr. Amosis.

Queria aproveitar a oportunidade, Deputado Quielse Crisóstomo, para me parabenizar com V. Exa. e também com o Dr. Amosis, o qual tive oportunidade de conhecer quando de uma visita que fez nesta Casa de Leis, colocando-se à disposição de todos os Srs. Deputados, indistintamente. Ele, naquela oportunidade, fez também uma visita à Comissão de Constituição e Justiça, que se encontrava em reunião, e lá dialogou com os Deputados do MDB e da ARENA, colocando-se à disposição de todos, no FUNRURAL.

É com bastante pesar que recebo a notícia de que aquele eminente brasileiro, aquele paranaense, esteja para deixar as suas funções naquele órgão, funções que vem desempenhando com tanto brilhantismo, sucesso e eficiência.

Se V. Exa., Deputado Quielse Crisóstomo, quiser, com maior amplitude, tomar uma posição em favor do Dr. Amosis para sua permanência no FUNRURAL, tenho certeza que contará com o apoio das bancadas desta Casa, indistintamente.

V. Exa., Deputado Quielse Crisóstomo, também como eu, tem conhecimento de que o sindicalismo, neste País, existe há dez anos apenas. E nesses dez anos, já deu exemplo a outras nações.

Graças ao FUNRURAL, é que hoje, os velhinhos têm amparo no final de suas vidas.

E nós que somos representantes do povo, devemos estar atentos a essas causas que V. Exa. tão bem aborda, neste instante. E é graças ao FUNRURAL que os sexagenários têm vida tranquila, têm uma vida regular, porque, com o dinheiro que eles recebem do FUNRURAL, embora seja pouco para muitos, para eles é um auxílio para sua manutenção, para o final de suas vidas.

Portanto, não vejo razão no aparte do nobre Deputado Lúcio Machado; acho que S. Exa. está sendo pessimista. Porque, em minha região, muitos são os beneficiados pelo FUNRURAL.

Transmita, Deputado Quielse Crisóstomo, nossos votos de louvor ao Dr. Amosis pela sua brilhante atuação no FUNRURAL.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Agradeço o aparte do nobre

Deputado Jurandir Messias, e evidentemente, não iríamos repisar pronunciamento que já tivemos o prazer de ouvir desta tribuna, a respeito da existência e da necessidade do FUNRURAL, bem como do atendimento que implantou neste país.

Vimos, por exemplo, velhinhos de 70 e mais anos, que se propunham a trabalhar, em minhas propriedades, dezenas e deze-

nas de lavradores trabalham até a 5 cruzeiros por dia, porque a miséria era tanta e a fome consequentemente, que já não tinha mais valor, o seu trabalho, e seu trabalho já não tinha mais vez.

Hoje vemos esses velhinhos recebendo, considerando 25 dias úteis por mês, se fossem trabalhar, recebendo pela aposentadoria 10 cruzeiros por dia.

Acho que é uma dádiva divina, é um ponto alto da humanística movimentação de nossa democracia, de nosso sistema brasileiro, acudindo aqueles dos quais nada mais esperamos, a não ser o reconhecimento das mãos divinas, com essa verdadeira bênção, que foi a aposentadoria do FUNRURAL aos nossos velhinhos de 75 anos e mais.

Não vamos nos estender no assunto, com relação ao FUNRURAL, mas somente à atuação de um dos setores que é este.

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Não entendi se o nobre Deputado Jurandir Messias, na oportunidade em que oferecia o aparte a V. Exa., me qualificou de pessimista ou de realista.

De qualquer forma, permita-me provar mais uma vez o que se faz através do FUNRURAL, que não é um milagre, como quer caracterizar V. Exa.

O FUNRURAL existe, porque graças a Deus existem os homens de mãos calejadas, que estão trabalhando na terra dos 4 cantos deste País.

Há poucos instantes dizia da tribuna que cada cultura colhida, cada semente lançada, cada produção agrícola, se deve ao suor sagrado, a esses calos divinos - os calos sim, são divinos nas mãos de homens e só dois e meio por cento forma o FUNRURAL.

Não se pode negar que o FUNRURAL já é no instante a empresa, senão igual, pelo menos um dos monstros da economia deste País.

Economia vinda do homem que trabalha, economia que poderíamos qualificar de milagrosa, entendendo que ela vem do milagre do sacrifício do trabalhador brasileiro, do agricultor.

Ainda discordando de V. Exa., a quem respeito pela sua inteligência, capacidade e qualidades de parlamentar, quero dizer, neste instante, para que conste dos Anais, que a aposentadoria que de sa ao trabalhador beneficiado do FUNRURAL é um crime cometido pelo próprio poder público, pelo próprio Ministério do Trabalho, porque se não me engano dá um pouco mais do que a metade do salário mínimo.

Se a lei estabelece que o mínimo que alguém pode receber, é o salário mínimo, estabelecido, então age criminosamente neste instante, dando uma aposentadoria a um trabalhador, aos 65 anos de idade, que trabalhou a vida toda no campo de enxada, uma aposentadoria que não corresponde a 1/4 das necessidades de alimentação, dele e de sua família.

Então, nobre Deputado, não sou pessimista mas realista, e a triste realidade é essa criação do Instituto de defesa da classe, que custa 60, 80 e 90 por cento da arrecadação e os sindicalizados ficam, como sempre ficaram, esses 10 anos, com os discursos e sem auxílio aos sindicalizados.

Era este o meu aparte.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Darei aparte ao Deputado Gabriel Manoel, com muito prazer, antes quero ponderar as palavras do Deputado Lúcio Machado.

Não era para lá que eu queria conduzir o discurso, o nosso pronunciamento, mas já que lá fomos e lá estamos, vamos dali para frente.

Nobre Deputado Lúcio Machado, suas palavras me levam a dizer que V. Exa. veio intempestivamente para a vida pública. **O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) —** A mesa adverte ao

nobre Deputado, que faltam dois minutos para o término da Hora do Expediente.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Porque evidentemente, depois do ovo de colombo assentado sobre a mesa é fácil sair a fritada.

V. Exa. acha que o FUNRURAL deve melhorar, eu estou com V. Exa.

Vamos juntos e de mãos dadas, Deputado Lúcio Machado, pedir que melhore, mas para nós que já estamos vendo há algumas dezenas, aquele mesmo trabalhador suado e sofrido e que nada recebia, recebendo alguma coisa agora.

Não vamos dizer que este recebimento veio na hora certa.

Ele veio tardiamente, veio agora, mas veio agora, Deputado Lúcio Machado; pode dizer que ele é pouco, vamos agradecer por ter vindo e vamos pedir para que ele aumente, aí então estarei com V. Exa.

Mas, antes de eu estar com V. Exa., V. Exa. deverá estar comigo; agradecendo porque ele veio.

Porque veio salvar vidas, e veio salvar ainda, mãos de obras que puderam com uma alimentação que não tinha antes.

Porque o trabalhador sem aposentadoria parasitava nos braços dos seus filhos, que também parasitavam nos enfraquecidos e mal alimentados braços, da lavoura paranaense e da lavoura brasileira.

Mas, nobre Deputado, vejo que deverei voltar sobre a matéria porque é apaixonante, e vejo oradores que querem colaborar com apartes.

Mas, antes disso, quero encaminhar à mesa o seguinte requerimento. (Lê):

"O Deputado que o presente subscreve, requer a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de louvor ao Dr. Amosis Correia Defreitas, Diretor Regional da Divisão de Convênios Assistenciais do Funrural - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural.

O Diretor Regional, paranaense, soube levar aos irmãos mais carentes de assistência, a minoração principalmente nos momentos mais difíceis que são os de doença.

O Trabalhador Rural durante anos viveu a esmolar saúde junto a órgãos públicos ou entidades particulares, como hospitais, casas de saúde, asilos e outros.

O Dr. Amosis Correia Defreitas, encontrou a melhor dimensão para atender ao trabalhador rural, qual seja firmar convênios que chegam a dezenas com prefeituras municipais, com hospitais e até igrejas para que o homem do campo tivesse o atendimento necessário.

O Deputado que o presente subscreve, requer, outrossim, após respaldado pelo Plenário, que a manifestação desta Casa seja comunicada, em expediente, ao homenageado.

Comunique-se o Diretor Geral.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1976.

Vejam bem, Srs. Deputados, não quero com isso caracterizar, eu também tive notícias de que o Dr. Amosis estava para, comentários apenas aqui de corredores da Assembléia, estava para ser substituído se não me engano por um gaúcho, um carioca ou um cearense, que poderão até mesmo ser experientes, mas com o trabalho que vem desempenhando o Dr. Amosis no FUNRURAL, quero que esta Casa nos acompanhe nesta defesa de um cargo federal para um paranaense eficiente, porque se ele não fosse eficiente eu jamais viria nesta tribuna pedir a sua permanência, se é que está para ser substituído.

Não estou informado da sua substituição.

Apenas murmúrios pelos corredores, realmente eu ouvi.

Então, pediria aos nobres pares desta Casa, que haveremos de juntos, se o FUNRURAL falhar como cita na ocorrência, o Deputado Lúcio Machado, estarei com ele, se fatos como esses advierem.

Mas quero que V. Exas. estejam conosco, nesta tarde, para dizer, que um paranaense que bem representa o Estado

no órgão federal, eu não posso concordar que ele seja substituído por um outro que desconhece seu trabalho, mesmo que possa, talvez, oferecer um trabalho melhor.

Este está muito bom e defendemos, para um paranaense, um cargo de grande responsabilidade.

O Sr. Lázaro Dumont — V. Exa. permite um aparte?

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Já havia concedido ao Deputado Gabriel Manoel, que me solicitou antes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Mesa comunica que está encerrada a Hora do Expediente.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Agradeço ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados e prometo voltar à tribuna com este assunto que é de grande interesse.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 Srs. Deputados.

O SR. ENÉAS FARIA (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que proceda a verificação de quorum, através da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Deferido. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal)

Há quorum para prosseguimento da sessão e consequente votação.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 03/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Engenheiro Beltrão, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 11/76, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Cambira, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual, na sede do referido município.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 13/76, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e a Fundação Instituto Agrônômico do Paraná, objetivando desenvolvimento de um programa especial de Pesquisa conforme especifica.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 14/76, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado do Paraná, objetivando prosseguimento dos trabalhos ligados ao Programa de Defesa Sanitária Vegetal e ao Sub-Programa Erradicação do Cancro Cítrico, no Estado.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Re-

solução 15/76, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Adrianópolis, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Bom Jesus e o Ginásio Estadual Dr. Saddock de Sá, na sede do referido município.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 290/73, que estadualiza a estrada que liga Cêro Azul a Sengés, via Vila Varzeão.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 153/74, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública, a Ação Maçonica Abraham Lincoln - AMAL, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 72/75, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para efeito de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga o município de Capitão Leônidas Marques à cidade de Cascavel.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 149/75, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública, todas as áreas do Território Paranaense cobertas por matas virgens e dá outras providências.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 173/75, que declara de utilidade pública a Sociedade Esportiva, Recreativa, Beneficiente Primavera de Enéas Marques, com sede na cidade de Enéas Marques.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, indicando os nomes dos Srs. Deputados Quielse Crisóstomo, Accioly Neto, Jorge Sato e Gabriel Sampaio, como membros efetivos, e Jurandir Messias e Dácio Leonel, como supkentes, para comporem a Comissão Especial do "Pinheirão".— **Ao Departamento Legislativo.- Divisão das Comissões, para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Leopoldo Jacomel, como membros efetivos, e Fabiano Braga Côrtes, como suplente, para comporem a Comissão Especial, constituída para tratar de assuntos ligados à Prefeitura Municipal de Medianeira.— **Ao Departamento Legislativo.- Divisão das Comissões, para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, lido da tribuna, solicitando voto de regozijo pela passagem do "Dia da Taquígrafa".— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando providências com referência a exorbitância de preços que vem mantendo ao público, o Restaurante da Assembléia Legislativa.

Será enviado à Comissão Executiva e esta Presidência retifica que o restaurante não é público, e a Comissão Executiva fará tomada de preços tão logo termine o contrato que existe com a firma atual. Espero que o Deputado Lúcio Machado empreste a sua colaboração e consiga outra firma que possa fazer a preços mais baratos, e em melhores condições.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 12.º aniversário de fundação da Rádio Alvorada, de Londrina.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando a constituição de Comissão Especial, composta de 5 membros, para representar esta Casa, nos festejos em comemoração ao 29.º aniversário da cidade de Maringá.— **Aprovado.**

A Comissão Especial será constituída de cinco membros, que serão anunciados posteriormente, pela Mesa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando a anexação à Proposição 179/76.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando a inserção nos Anais da Casa, do discurso pronunciado pelo Sr. Presidente da República, por ocasião das comemorações do "Dia do Trabalho".— **Aprovado. (O discurso acha-se publicado no final desta ata.)**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Semanário "A Tribuna de Cianorte", pelos relevantes serviços prestados à comunidade da região norte do Estado.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado lido da tribuna, solicitando sejam encaminhadas cópias do seu pronunciamento a diversas autoridades, referente à agricultura.—

A Mesa esclarece que encaminhará o pronunciamento do nobre Deputado às autoridades, sem colocar, o requerimento, em discussão ou votação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, lido da tribuna, solicitando voto de louvor ao Sr. Amosis Correia Defreitas - Diretor Regional da Divisão de Convênios Assistenciais do FUNRURAL, pelos relevantes serviços prestados.— Em discussão.

O SR. LÁZARO DUMONT (Para encaminhar à votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tivemos oportunidade de ouvir o pronunciamento do Deputado Quielse Crisóstomo, assim como os aparte a ele oferecidos.

Por falta de tempo, não tivemos oportunidade de apartear-lo, apesar de que, colocando nossa assinatura no requerimento, já é apoio.

Mas, gostaríamos, Sr. Presidente, de aqui, desta tribuna, apoiar integralmente o requerimento do ilustre Deputado Quielse Crisóstomo quando pede um voto de louvor ao Diretor do Setor de Convênio do FUNRURAL, Dr. Amosis.

E um dos motivos que nos levam a usar da palavra neste encaminhamento de votação é que estamos regressando de Brasília, onde tivemos oportunidade de, mesmo não estando mais em função na Presidência da Federação dos Trabalhadores Rurais do Paraná, sermos convidados para participar, com mais de 19 Estados brasileiros, de estudos sobre os problemas do FUNRURAL, relacionados não só com o Estado do Paraná, mas com o Brasil inteiro. Onde verificamos que o movimento sindical dos trabalhadores rurais, está, de certa forma, preocupado, porque, ao contrário do que alguns pensam, está crescendo. Embora, tenha sido até noticiado nos jornais que o FUNRURAL tem muito dinheiro.

Mas, eu digo, lamentavelmente, ainda no FUNRURAL o dinheiro não está sobrando.

E o movimento sindical dos trabalhadores rurais, também, há muito vem solicitando ao FUNRURAL uma ampliação de assistência aos trabalhadores e seus dependentes.

E, principalmente, vem sendo solicitado o aumento da pensão que, atualmente, é de 50 por cento do maior salário mínimo.

Mas, a receita do FUNRURAL, hoje, é pequena, porque ele recebe 2 por cento sobre o produto.

Portanto, é um patrocínio do produtor, onde o lavrador beneficiado não contribui com um centavo sequer para o FUNRURAL.

A Lei que criou o FUNRURAL teve a oportunidade de evitar um mal que existe em outras leis, quando permite que uma organização, ou autarquia coloque na sua administração percentuais mais elevados, em detrimento da finalidade

maior que seria o benefício.

No FUNRURAL não acontece isso.

Somente um por cento de tudo o que o FUNRURAL arrecada é destinado à administração do FUNRURAL.

E aqueles que tiveram a oportunidade de manusear o relatório do FUNRURAL com as despesas anuais gastas pela administração, não de perceber de que este 1 por cento teve um saldo e foi incorporado à receita para atendimento aos trabalhadores rurais.

Quando nós dissemos que lamentavelmente os trabalhadores estão preocupados com o FUNRURAL, é porque o que o FUNRURAL arrecada.

No ano passado houve um déficit no Orçamento do FUNRURAL.

Prestou mais assistência do que recebeu em dinheiro dos contribuintes, a 2,5 por cento, se levarmos em consideração que no Estado do Maranhão, o FUNRURAL recolhe anualmente para os cofres 3 milhões de cruzeiros e aplica mensalmente, no Estado do Maranhão, exatamente a mesma quantia, 3 milhões de cruzeiros; a gente percebe que Estados como o nosso, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, principalmente esses 4 Estados, têm um saldo no balanço de contribuições, para as despesas com o total de benefícios que o FUNRURAL aplica, mas estes Estados, principalmente o Paraná, não é o Estado dos paranaenses, é o Estado dos brasileiros, e nós não fazemos mais do que cumprir com nossa obrigação de paranaenses, de devolvermos a este Brasil, que não é só do Paraná, benefícios para que a família trabalhadora receba também os mesmos benefícios que recebem os trabalhadores do Paraná.

Gostaríamos de lembrar que no dia 01 de maio de 1972, se pagou neste País a primeira aposentadoria ao trabalhador rural brasileiro; hoje, mais de 1 milhão e 200 mil recebem esse benefício.

Perguntassem para mim ou para o Deputado Quielse Crisóstomo, ou ao próprio FUNRURAL, se 50 por cento do salário mínimo é suficiente para um homem que trabalhou 50 ou 55 anos na lavoura, iríamos dizer que não, mas o que devemos levar em consideração é que nossa agricultura já tem onus por demais elevados, para que possamos elevar acima de 2,5 por cento.

Pelas informações, o mesmo movimento sindical que solicita e reivindica do FUNRURAL melhores atendimentos ao trabalhador rural, solicita hoje para ampliar essa faixa de 50 a 100 por cento do salário mínimo, 1 por cento a mais de contribuição ao FUNRURAL, porque senão não há condições.

Outro detalhe curioso é que dos 100 por cento da receita nacional do FUNRURAL apenas 33 por cento provém da agricultura, do 2,5 por cento.

Os outros 67 por cento que formam o restante, provém de 2,4 que são retirados das folhas de pagamento de contribuições de indústria.

Portanto, infelizmente, nossa agricultura ainda não contribui devidamente para que o trabalhador rural possa ter um benefício maior e condizente com suas necessidades.

Encerrando, Sr. Presidente, quero congratular-me mais uma vez com o Deputado Quielse Crisóstomo, pois nós conhecemos o trabalho que o Dr. Amosis vem desenvolvendo, principalmente no setor de convênios, onde o Paraná, atendendo bem ou mal, está em todos os municípios do nosso Estado. Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Continua em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, que teve a sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr.

Presidente da República, agradecendo a criação do município de Nova Santa Rosa, desmembrado dos municípios de Toledo, Palotina e Terra Roxa.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Diretor Superintendente da TELEPAR — no sentido da instalação de telefone público na sede do distrito de Sarandí, município de Marialva.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Governador do Estado, congratulando-se com S. Exa. pela criação do município de Nova Santa Rosa.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando seja consignado um voto de louvor à direção do "Diário do Paraná", pela instalação de sua sucursal, na cidade de Cascavel.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, no sentido de serem reajustados os níveis iniciais de vencimentos de funcionários dos três Poderes.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando seja consignado voto de louvor ao atleta Jairo do Nascimento, pela sua estréia auspiciosa na Seleção Brasileira de Futebol.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei 15/76.— **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 4, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números: 03/76, 30/76 e do Projeto de Resolução número: 27/76.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número: 30/76 e de Lei números 190/75 e 22/76.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números: 31/76, 32/76 e dos Projetos de Lei números 01/76 e 07/76.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja Transcrição nos Anais

foi aprovado a Requerimento do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, em sessão ordinária, realizada no dia 03 de maio de 1976.

"VOLTA REDONDA (AN-O ESTADO)— O presidente Ernesto Geisel pronunciou ontem, em Volta Redonda, por ocasião das comemorações do Dia do Trabalho, o seguinte discurso:

"Trabalhadores de Volta Redonda.

"Trabalhadores do Brasil:

Interrompendo viagem ao Exterior, aqui vim especialmente para saudar-vos neste dia universal do trabalho, à sombra dos altos-fornos e das chaminés de Volta Redonda, símbolo já tradicional, do Brasil industrializado e dinâmico de hoje.

Ressoam aqui, ainda, os ecos de outras muitas comemo-

rações idênticas, em data igual, quando a voz do presidente Vargas reclamava vosso apoio incansável ao progresso do País e vos prometia dias melhores no futuro.

Falava ele, mesmo muitos anos depois, em nome sempre da Revolução de 1930 que o trouxera ao governo da Nação. Numa arrancada heróica que despertara o povo do Brasil, desde as coxilas gaúchas, às montanhas Alterosas de Minas Gerais e aos setores nordestinos onde Paraíba foi um grande e inesquecível fanal.

Falo-vos eu, agora, em nome da Revolução Redentora de 1964 que salvou o País da anarquia e da desordem sem freios que o comunismo arquitetara e impulsionara sem descanso, nem escrúpulos de qualquer ordem.

Esta não é, em verdade, uma simples coincidência histórica. Muitos de nós, os mais velhos, que fizemos a alvorada de 64, havíamos militado nas hostes revolucionárias de 1930.

Ambos esses movimentos cívicos brotaram das mesmas genuínas aspirações do povo e se propuseram a melhorar a qualidade da vida para cada família, nas metrópoles, nas cidades, nos vilarejos do Interior e nos mais distantes rincões sertanejos. E, em ambos, visava-se a criação de um Brasil maior, mais forte, mais justo e mais democrático pelo trabalho ordeiro e fecundo de todos os dias que ainda mais dignificasse o homem brasileiro, libertando-o dos grilhões da miséria e da ignorância, da prepotência dos mais ricos e da violência dos mais poderosos.

A Revolução de 30 encerrou já todo o seu ciclo histórico, enfrentando vicissitudes várias e sofrendo naturais descaminhos mas não faltou a sua destinação maior quando, na senda do desenvolvimento nacional, criou bases iniciais da industrialização do País, de que Volta Redonda é um marco indiscutível.

É, a partir dessas bases, que o movimento revolucionário de 1964 está construindo um Brasil novo, à altura de nossos sonhos de grandeza, muito mais ambiciosos agora que somos tantos mais brasileiros a fazer jus, todos igualmente, aos benefícios de nosso progresso incessante.

Para tanto, o governo precisa de vós, trabalhadores do Brasil - não só do esforço continuado de vossos braços criadores, mas sobretudo do apoio de vontades e indomáveis, confiantes de fato no elevado propósito que nos anima - o da redenção do homem brasileiro das cidades e dos campos.

TRABALHADORES

Em meio a um panorama internacional elevado de complexos problemas o Brasil enfrenta hoje desafios novos num clima de ordem de paz, de segurança e desenvolvimento, de trabalho e pleno emprego, que nos enche de justo orgulho e nos traz a certeza de completo êxito num futuro melhor. A cada desafio novo, anteporemos criatividade nova e a energia redobrada de nossas vontades.

Notória já se tornaram as prioridades que meu governo vem dando ao desenvolvimento social, procurando estender a população toda do País, os bens do progresso.

Ainda recentemente, em ato comemorativo do aniversário da Revolução de 1964, assinei decreto criando o Serviço Nacional de Formação Profissional Rural — Senar, com o objetivo de disseminar treinamento, aperfeiçoamento e qualificação a milhões de brasileiros que, no campo, hoje quase desassistidos, participam da força e trabalho da Nação.

Com a criação deste serviço, preenche o governo antiga lacuna existente no sistema de formação de recursos humanos para o desenvolvimento, já que os setores secundários e terciários, a indústria e o comércio em particular era, há muito tempo, atendidos pelo Senai e pelo Senac.

Outra medida importante que merece ser citada neste momento é que visa a melhoria gradativa da qualidade de mão-

de obra especializada no Brasil, é a regulamentação da lei, aprovada pelo Congresso Nacional, sobre incentivos fiscais para o treinamento.

Este instrumento legal possibilita as empresas que tenham projetos de treinamento de seu pessoal aprovados pelo Ministério do Trabalho, descontarem, em dobro, do imposto de renda, os gastos que tiveram com este treinamento.

Incorpora-se, com apoio financeiro do governo, o potencial pedagógico das empresas ao esgotamento nacional de preparação dos recursos humanos, de tal forma que cada empresa se converterá aos poucos, também numa agência de formação e adestramento.

Concretiza o Brasil, assim, o ideal, tantas vezes universalmente anunciado e tão poucas vezes cumprido, da chamada educação permanente.

Esta cerimônia seria bem na ocasião adequada para o descortino do rol de medidas tomadas pelo governo nos últimos dois anos, em favor do desenvolvimento social de nosso povo, e que vão desde a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, a renovação do Ministério do Trabalho e a criação do Conselho de Desenvolvimento Social, até a nova legislação abrangendo diretrizes sobre aposentadoria, regulamentação de profissões, auxílio-maternidade, bolsas de estudos, alteração da fórmula da política salarial e tantas outras que atestam cabalmente o interesse em meu governo pelos problemas trabalhistas.

Ater-me-ei, no entanto, apenas a dois deste, objetivo de iniciativas especiais nos últimos dias: o da distribuição de renda, isto é, política salarial em seu contexto amplo, e o da atualização da legislação do trabalho.

Um dos problemas que estamos enfrentando com vigor, mas com a maturidade das soluções definitivas, é o da melhor distribuição de renda. Tenho lido e ouvido declarações aconselhando o governo a realizar, por decreto, alterações bruscas nos níveis de salário-mínimo e nos índices de reajustamento salarial. Felizes seriam os governos que pudessem resolver matéria tão complexa com um simples decreto. O comportamento das leis econômicas e sociais não obedece a formulação a tal ponto simplistas.

Já disse, em outra ocasião, que "um exame detido do problema revela que a melhoria da distribuição de renda, para compatibilizar-se com altas taxas de crescimento econômico, e processo que demanda tempo e racionalidade.

O distributivismo fácil, que tenta atenuar as desigualdades, individuais pela prodigalidade no reajuste dos salários nominais, está fadado ao fracasso pelo que gera de tensões inflacionárias, de limitação das oportunidades de emprego e de mutilação de potencial de poupança e desenvolvimento. Nossa experiência, anterior a Revolução de 1964, e experiências semelhantes em outros países desabonam definitivamente esse distributivismo emocional".

O pensamento do governo continua o mesmo sobre tal assunto: "A melhoria da distribuição pessoal da renda terá que resultar, em primeiro lugar da valorização do homem pela educação e pela política de desenvolvimento e criação de empregos e, em segundo lugar, do aperfeiçoamento da política fiscal, da criação de fundos institucionais de poupança pertencentes aos trabalhadores e da melhoria da saúde e da assistência social".

Quanto a Legislação no quadro da Justiça do Trabalho cuja composição será mantida, impõe-se ressaltar que ultimaremos, ainda no corrente ano, a modernização da consolidação das leis do trabalho, adequando-a à realidade do tempo presente com a incorporação de Legislação recente e simplificação de seu texto, para que qualquer trabalhador, mesmo o mais humilde, possa entendê-la e interpretá-la, conhecendo seus di-

reitos e também os seus deveres.

E, ainda que o texto final consolidado deva ser considerado em bloco, nada impede que uma outra medida julgada oportuna pelo governo, seja destacada do conjunto e examinada com antecipação, pelo Congresso Nacional.

Convém lembrar que, com o apoio a grandes projetos em áreas metropolitanas, com a melhoria dos transportes no meio urbano, a construção de 600 centros sociais em todo o país, com o combate continuando à inflação, com providências concretas visando à defesa do consumidor, com o fortalecimento dos sindicatos e da sindicalização, enfim, com todo um conjunto de medidas, inclusive na área econômica e financeira, objetivamente adotadas, o governo tem tido sempre em mente a promoção social de nosso povo. Não me canso de repetir que o homem é o objeto central do desenvolvimento nacional.

E porque é a assistência e a previdência social expande-se em ritmo acelerado, com vistas a universalização de seus serviços.

Alguns algarismos vastam para demonstrá-lo.

Em 1963, o número de segurados da previdência social era de 5.300.000, distribuídos pelos diversos institutos, o que configurava uma cobertura apenas parcial da área urbana.

A população do país era então de 76 milhões e meio de habitantes, de modo que a tão propalada proteção social atingia apenas a 7 por cento da população na condição de segurados e 21 por cento na condição de dependentes. Em 1976, para uma população de 110 milhões de habitantes, com a ampliação da previdência urbana aos empregados domésticos, a filiação maciça de autônomos e empregadores, a instituição do prorural e o rol de medidas adotadas já no atual governo, a previdência em geral registra um total de 30.130.000 segurados, representando 27,2 por cento da população, o que faz com que a soma de segurados e dependentes atinja a quase totalidade dos habitantes do país.

Em 1963, os antigos institutos de aposentadoria e pensões mantinham apenas 588,00 aposentados e 588,700 pensionistas.

Hoje, o número de aposentados o INPS e do Funrural se eleva a 2.890.000 aos quais devem ser somados 2.060.000 pensionistas.

Somente o benefício especial para velhos e inválidos, implantados há menos de um ano, já está sendo pago a cerca de 500.000 pessoas.

A par dessa ampliação da área, introduziram-se diversas modificações na legislação, entre 1964 e 1976, no sentido de melhorar o valor dos benefícios notadamente no que se refere à elevação dos valores mínimos e ao estabelecimento de um sistema adequado e oportuno de reajustamento automático das mensalidades em manutenção.

Quando aos serviços de assistência médica atualmente prestada pela previdência social, são a bem dizer resultado da ação revolucionária, pois o que existia antes de 1964 eram providências isoladas, dispersas, tomadas ao sabor de interesses políticos e que atendiam a grupos privilegiados à custa da coletividade de contribuintes.

E é importante salientar que essa enorme ampliação do plano de benefícios e das áreas de atendimento médico, não se deveu a nenhum aumento da taxa de contribuição, e sim à adoção de medidas moralizadoras, racionalizadoras e isentas de cunho demagógico.

O que antes de 1964 caracterizava os institutos de aposentadoria e pensões era o empreguismo, a sonegação sistemática de contribuições a dívida do governo e utilização indevida dos recursos previdenciários.

A unificação desses institutos, a adoção de medidas objetivas para assegurar o recolhimento das contribuições,

como a correção monetária, o sistema de multas e a instituição de certificados de regularidades de situação, bem como a utilização de modernos instrumentos de gestão, entre os quais os computadores eletrônicos, operaram verdadeira revolução no sistema, bastando assinalar que a expressiva melhoria havida na prestação dos serviços foi acompanhada de uma redução de 30.000 funcionários administrativos.

Trabalhadores brasileiros em nossas próprias mãos repousa tanto nosso presente como nosso futuro.

Participante de uma história pacífica, o brasileiro constrói o seu mundo com ordem e em paz.

Dotado de personalidade ativa, amadurecido pelos desafios de sua grandeza, o Brasil dedica-se diuturnamente, a construir as bases de uma grande nação.

Todos somos trabalhadores nesta obra portentosa. E a todos os que assim labutam, rendo aqui, pois, minha homenagem pessoal e a do Governo da Revolução, no Dia Universal do Trabalho".

PORTARIAS:

PORTARIA Nº 206/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

autorizar os funcionários ora à disposição deste Poder Legislativo abaixo relacionados, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, no período compreendido entre 1º de abril a 31 de dezembro do corrente ano:

ALBERTO MIGUEL
LÁZARO CAETANO DA SILVA
ORLANDO FERREIRA
AZELIA DE LIMA BRANDINI
ENEDUAR FALLEIRO PINTO NUNES
GLACYR ANDRADE DE OLIVEIRA
JOÃO MARIA DE FREITAS
JUCIMARA RIBEIRO DA COSTA
LAUDICEIA RIEIRA DOS SANTOS
MANOEL PEDRO DOS SANTOS LIMA
ORLANDO NADALIN
PEDRO DISSENHA
VILSON DA SILVA NATAL
EMILIO TELES DE LIMA
ANTONIO CARLOS DUARTE
MANOEL DIAS
ROBERVAL FIGUEIREDO DA SILVA
WALDOMIRO DE CAMARGO
ANIBAL ASSUNÇÃO

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de abril de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 208/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3239, de 27 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 01/76, ao funcionário ANTONIO DOS SANTOS RIBAS, matrícula 357, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional

Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de maio de 1976

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 209/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3244/76, de 27 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 01/76, às funcionárias CLEA CARNEIRO TEIXEIRA, matrícula 261, e MARIA APARECIDA GEBRAN DO AMARAL, matrícula 293, ambas ocupantes do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de maio de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 210/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2494, de 05 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, JULIETA SLOMSKI RAMOS, ora à disposição deste Poder Legislativo, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, no período compreendido entre 1º de abril a 31 de dezembro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de maio de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 211/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3197, de 27 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, as férias concedidas pela Portaria 02/76, ao funcionário DIRCEU DA SILVA, contratado deste Poder Legislativo, para o período compreendido entre 1º a 28 de julho do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de maio de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 212/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

I — revogar a Portaria 146/76, de 19 de março de 1976; e,
II — lotar o funcionário MAXIMINIO CARDOSO, matrícula 573, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Gerais, nível PL "19", da Série de Classes de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Departamento de Divulgação Legislativa e Relações Públicas.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de maio de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral